

POLÍTICA ARQUIVÍSTICA PARA OS ARQUIVOS SETORIAIS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO



Autor: Fabiano Augusto Gonçalves Guimarães.

Orientador: Prof. Welder Antônio Silva

Professora: Prof. Marília Paiva

Aluno: Fabiano Guimarães

Título: Política arquivística para os arquivos setoriais da Fundação João Pinheiro

Introdução

O projeto realizado foi na Fundação João Pinheiro, situada na Alameda das Acácias, nº 70, São Luís, Belo Horizonte, para a disciplina Estágio Supervisionada B.

Após a realização do Diagnóstico, aplicado à disciplina Estágio Supervisionado A, foi observado que mesmo com um Plano de Gestão de Documentos implementado desde 2010 na Fundação João Pinheiro e a existência de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade, ainda é verificada que as técnicas arquivística, as rotinas e procedimentos necessários para que seja alcançada uma gestão de documentos eficiente e eficaz na fase corrente não vêm sendo utilizadas nos arquivos setoriais, prejudicando a efetiva aplicação do Plano de Gestão de Documentos na Instituição. Sendo assim, se fez necessário à elaboração de diretrizes e padronização dos procedimentos e rotinas gerais para arquivos correntes,

Objetivo

Estabelecer uma Política contendo diretrizes e orientações para produção, tramitação, uso, classificação, arquivamento, avaliação e destinação dos arquivos correntes da Fundação João Pinheiro.

Atividades Desenvolvidas.

- Análise do diagnóstico realizado no Estágio A;
- Revisão de Literatura sobre arquivos correntes;
- Levantamento da legislação sobre arquivos correntes;
- Elaboração da Política.

Resultados

A política desenvolvida teve como foco a elaboração de diretrizes, procedimentos e rotinas gerais para arquivos correntes, através da padronização das atividades de produção, tramitação, uso, classificação, arquivamento, avaliação e destinação final, com intuito de orientar os servidores de cada setor na racionalização e na produção das tipologias documentais, evitando o acúmulo de massas documentais e prejuízo às atividades administrativas, uma vez que com a vigência da lei de acesso à informação, cada vez mais os documentos administrativos são de grande importância para a administração pública e a sociedade.

Dessa forma, foi possível adequar os arquivos correntes da FJP, em consonância com os conceitos arquivísticos, permitindo seu acesso imediato e a Gestão de Documentos eficiente e eficaz, contribuindo assim, para as tomadas de decisões e andamento das atividades da FJP.

Conclusão

Uma política deve implicar uma gama de ações e decisões que sejam capaz de solucionar um problema com intuito de alcançar um objetivo específico, podendo ser viável de interligar com outras políticas. Assim deve ser realizado um estudo dos problemas específicos, e realizar uma estruturação e planejamento de quais serão as medidas adotadas.

Já uma política arquivística, segundo Jardim (2006, p 10), resulta em conjunto de ações que contemplam aspectos administrativos, legal, científico, cultural, tecnológico, e entre outros, relativo a produção, uso e preservação das informações arquivística. De acordo com o conceito de política e política arquivística, pretendeu-se adotar medidas planejadas e organizadas com objetivo de solucionar os arquivos correntes da Fundação João Pinheiro, através de diretrizes e procedimentos arquivísticos.

Por outro lado, uma política só no papel não se obtém resultados significativos, pois necessita a sua aplicação. Desse modo, uma vez que a política teve uma ótima aceitação pela direção da Biblioteca Maria Helena de Andrade, responsável por gerir e organizar os arquivos da Fundação João Pinheiro, esta já está encaminhado a minuta da política à Presidência com a finalidade transformar em uma instrução normativa para toda a instituição.

Referências Bibliográficas

*ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Plano de classificação de documentos por assunto e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo para as atividades mantedoras da Administração Pública Estadual*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997.

*ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo para as Atividades Mantedoras da Administração Pública do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997

JARDIM, J. M. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATAR, E. (Org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 37 – 45.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006.